

**COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+ (CONAREDD+)**  
**CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA DE PACTO FEDERATIVO (CCT-PACT)**

**3<sup>a</sup> Reunião Ordinária**  
**Ajuda Memória**

**Data:** 17 de março de 2017

**Horário:** 10h00 às 18h

**Local:** Ministério do Meio Ambiente - MMA - Prédio Sede - 8o andar, Sala 814 - Esplanada dos Ministérios, Bloco B - Brasília/DF

**Pauta:**

<b>Horário</b>	<b>Tema</b>
10h00	Abertura/Informes gerais
10h15	Informes sobre os trabalhos no âmbito da CCT-CDRNR (CCT de Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis)
10h30	Informes sobre a nova fase dos Planos Federais de Combate ao Desmatamento (PPCDAm e PPCerrado) e atual contexto do desmatamento no país – Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento – DPCD/MMA
11h00	Apresentação de iniciativas estratégicas para REDD+ nos Estados – Parte 2 (Representantes estaduais e convidados)  "Plataforma Indicar: Estados" - Indicadores de impacto de políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento que compõem os PPCD dos estados do AC, AM, MT e PA (Ana Carolina Crisostomo - IPAM Amazônia)
11h30	Rodada de perguntas e respostas
12h00	Intervalo/almoço
14h00	"Iniciativas relacionadas à REDD+ no estado do Mato Grosso" (Alcilene Freitas Bertholdo de Souza - SEMA/MT)
14:30h	"Iniciativas relacionadas à REDD+ no estado do Amapá" (Jaqueline Homobono - SEMA/AP)
14h30	Rodada de perguntas e respostas

15h00	Discussão sobre o formulário para o "mapeamento dos diferentes estágios de implementação de iniciativas relacionadas à REDD+ nos estados"
17h00	Encaminhamentos/Encerramento

**Representantes presentes:**

<b>Nome</b>	<b>Estado</b>	<b>Representação</b>
Ana Regina Pinheiro Nobre	AP	Adm. Pública Estadual
Antonio Luiz Menezes de Andrade	AM	Adm. Pública Estadual
Érico Maurício Pires Barboza	AC	Adm. Pública Estadual
Ester dos Santos Dourado Silva	RO	Adm. Pública Estadual
Iannuzy Tapajos Mota	PA	Povos indígenas e comunidades tradicionais
Jaqueline Homobono Nobre	AP	Adm. Pública Estadual
Junio Magela Alexandre	MG	Especialistas em políticas de MA
Leonel Graça Generoso Pereira	DF	Adm. Pública Estadual
Luiz Francisco Tegon de Pinho	MT	Adm. Pública Estadual

Marcus Andrey Vasconcellos	DF	Especialistas em políticas de MA
Paula Bernasconi	MT	Especialistas em políticas de MA
Rosana Pinheiro Rezende	DF	Especialistas em políticas de MA

**Instituições coordenadoras e Secretaria Executiva:**

<b>Nome</b>	<b>Estado</b>	<b>Representação/Vínculo</b>
Luz Marilda de Moraes Maciel	DF	Instituição coordenadora/Adm. Pública Federal (SG-PR)
Magaly da Fonseca e Silva	AC	Instituição coordenadora/Adm. Pública Estadual (Acre)
Rafael Brito Pereira	DF	Secretaria Executiva/Adm. Pública Federal (MMA)
Alexandre Santos Avelino	DF	Secretaria Executiva/Adm. Pública Federal (MMA)

**Convidados:**

<b>Nome</b>	<b>Estado</b>	<b>Vínculo</b>
Alcilene Freitas de Souza	MT	Adm. Pública Estadual (Sema/MT)
Ana Luiza Champlonmi	DF	Adm. Pública Federal (MF)

Ana Carolina Crisostomo	DF	Sociedade civil (IPAM Amazônia)
Antônio Sanches	DF	Adm. Pública Federal (MMA)
Carolina Souza Dias Guyot	DF	Sociedade civil (IPAM Amazônia)
Raul Oliveira	DF	Adm. Pública Federal (MMA)
Ana Luiza Champloni	DF	Adm. Pública Federal (MMA)

**Informes sobre os trabalhos no âmbito da CCT-CDRNR (CCT de Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis)**

**Ana Luíza Champloni (MF) e Antonio Sanches (MMA)**

Em resposta a demandas de representantes sobre os trabalhos desenvolvidos até então no âmbito das outras CCT, Ana Luíza Champloni (MF), coordenadora da CCT-CDRNR trouxe aos representantes da CCT-Pact informes gerais no âmbito de sua CCT.

Ana Luíza Champloni (MF) trouxe informações sobre os objetivos da Câmara, a grande participação do setor privado, ONGs e estados durante as discussões e o cronograma previsto para a entrega dos produtos, indicando que a CCT-CDRNR irá finalizar os seus trabalhos em outubro de 2017.

Destacou sobre os resultados de REDD+ já reconhecidos, e os novos resultados em validação e que no momento no país, é o Fundo Amazônia quem faz a captação e que a distribuição desses recursos tem sido acompanhada pelo MF desde o início.

Em seguida, falou sobre a proposta de divisão dos limites para captação de recursos para os estados fechada na segunda reunião da CCT, considerando não apenas o desempenho em termos de desmatamento, mas também a conservação.

Indicou que a proposta construída e validada pelo grupo da CCT-CDRNR segue para ser discutida na próxima reunião ordinária da CONAREDD e que o tema sobre elegibilidade deve ser abordado nas etapas seguintes e que é importante que os estados estejam uniformizados quanto a estruturação de seus PPCD. A ideia da CCT é aumentar

e diversificar a captação, para dar mais autonomia aos estados, com base em metodologia a ser criada.

### **Rodada de perguntas e respostas**

Antonio Luiz de Andrade (AM) perguntou se ao final houve consenso sobre os percentuais de distribuição e Ana Luíza Champloni (MF) respondeu que essa proposta foi aprimorada, e a ser deliberada ainda pela CONAREDD+ e que qualquer dúvida para a frente, as informações estarão disponíveis no REDD+ Brasil.

Érico Pires (AC) perguntou como enxergam o fato de hoje o cenário internacional estar meio conturbado e Ana Luíza Champloni (MF) concordou que realmente, os doadores habituais estão no limite de suas capacidades, mas mostrar que conseguimos gastar, que temos transparência, ajuda a captação sempre. Esse é um meio de garantir novos arranjos no futuro, ousar nas estratégias de captação e a ideia é deixar isso mais aberto para que os estados sejam criativos e atendam a exigências de diferentes doadores.

Antonio Sanches (MMA) reiterou que a CCT está mais focada em questões operacionais, considerando o contexto atual, e que um de seus produtos é um acordo de cooperação para catalisar novos instrumentos.

Érico Pires (AC) disse que hoje o Fundo Amazônia demanda muito no enquadramento, e que talvez seja o momento de repensar essas regras. Outro ponto, é que considerando a atuação por meio do pagamento por resultados, ele vê aí uma oportunidade para se pensar em um plano B, de mercado, como uma alternativa ao pagamento por resultados, pois essa pode não se mostrar suficiente.

Ana Luíza Champloni (MF) respondeu que essa é uma preocupação do Ministério da Fazenda, em se ter uma agenda alinhada com o PPCDAm, como meio de viabilizar cadeias produtivas, manejo florestal, etc. Reforçou que há muita política pública acontecendo na floresta sem articulação uma com a outra, e que temos de potencializar essas iniciativas. Isso faz parte da estratégia da CCT e reforçou que os representantes da de Pacto Federativo podem esperar boas notícias.

Paula Bernasconi (MT) afirmou que com um cenário de poucos recursos internacionais e de aumento do desmatamento, tem surgido iniciativas de mercado inovadoras e perguntou se essa oportunidade seria perdida. Ana Luíza Champloni (MF) respondeu que na CCT-CDRNR não se discutiu isso ainda, mas que tal cenário certamente gera uma influência.

Antonio Sanches (MMA) disse que isso está fora do escopo do Decreto 8.576, mas que a CCT sabe que há pessoas debatendo essa questão.

Marcus Andrey (DF) disse que em relação ao Acordo de Paris, falta colocar incentivo e poder econômico para que as empresas participem e que é necessário criar uma legislação para engajá-los.

Ana Luíza Champloni (MF) respondeu que isso é um grande tema da coordenação da CCT, lembrou que estudos já tem mostrado que teremos de ser mais ousados para atingir a meta da NDC e que o Ministério da Fazenda está engajado nisso e em contato com CBEDS, Empresas pelo Clima, etc.

Leonel Generoso (DF) deu como exemplos o decreto de recuperação de área degradada e Ana Luíza Champloni (MF) respondeu é necessário a busca de novas iniciativas.

**Informes sobre a nova fase dos Planos Federais de Combate ao Desmatamento (PPCDAm e PPCerrado) e atual contexto do desmatamento no país – Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento – DPCD/MMA**

**Raul Oliveira (DFCD/MMA)**

Raul Oliveira (MMA) começou dando informações sobre a reunião da Comissão Executiva dos Planos, com a participação de 13 ministérios e foi realizada no dia anterior à reunião da CCT-Pact e lembrou que os planos são instrumentos da PNMC e que o desafio para a Amazônia é manter a taxa de redução do desmatamento em 80%, ou seja, atingir menos de 4000km<sup>2</sup> em 2020 e para o Cerrado, reduzir 40%. Explicou no entanto que isso não se refere apenas à perda de florestas, mas também de cobertura vegetal nativa.

Para o desmatamento da Amazônia, o padrão espacial se mantém no Arco do Desmatamento, mas nos últimos anos houve uma mudança entre os estados que mais desmatam, com o AM aparecendo entre os três maiores. Entre as UCs, as de uso sustentável, sobretudo as APA, hoje apresentam as maiores taxas de desmatamento. Há também uma grande relação entre desmatamento e a proximidade com grandes rodovias, principalmente a BR163 e há uma preocupação com o retorno dos maiores desmatamentos, aqueles acima de 100ha.

Quanto ao seu arranjo institucional, os planos possuem um GPTI e a Comissão Executiva integrada. O MMA é a Secretaria Executiva e a atuação dos se dá por 4 eixos.

A legislação para supressão legal da vegetação é hoje algo que preocupa, e a partir disso, verifica-se a necessidade da criação de instrumentos que promovam a conservação. Nesse contexto, um eixo novo nos planos foi criado, “Instrumentos Econômicos e Normativos”, o qual busca entender e elencar os mecanismos econômicos para incentivar a preservação.

Ainda, os planos possuem 9 objetivos macro, compartilhados não só entre os diferentes entes, mas também entre as diferentes esferas.

No eixo de Ordenamento Fundiário e Territorial, temos a destinação de áreas federais feita por meio do Terra Legal mas como ficam áreas estaduais é um desafio.

Já no eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis estão acontecendo discussões sobre como promover as alternativas sustentáveis e no eixo de Instrumentos Econômicos e Normativos temos questões como a mudança da legislação, em regras de crédito, incentivos e fundos, etc.

Ao final, Raul Oliveira (MMA) destacou agendas prioritárias para 2017 com base no plano operativo de 2016-2020 e mostrou um quadro síntese do Plano Operativo indicando quais as prioridades para o governo federal e também para outros entes, principalmente estados. Lembrou também que o Fundo Amazônia já recebeu mais de R\$ 3 bi, desembolsou mais de 1,5 bi e que ainda faltam quase 1,5 bi para serem acessados. Desse montante já desembolsado, uns 500 milhões são dos estados, sendo que em torno de 300 milhões ainda não foram desembolsados. Ou seja, percebe-se dificuldades de execução pelos estados, assim como acontece com o governo federal e engatizou que quem desembolsa melhor hoje é o terceiro setor.

### **Apresentação de iniciativas estratégicas para REDD+ nos Estados – Parte 2 (Representantes estaduais e convidados)**

#### **"Plataforma Indicar: Estados" - Indicadores de impacto de políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento que compõem os PPCD dos estados do AC, AM, MT e PA"**

##### **Ana Carolina Crisostomo - IPAM Amazônia**

Ana Carolina Crisostomo, representante do IPAM Amazônia, iniciou a apresentação falando sobre o site da plataforma, que pode ser acessado através do link: [indicar.org.br](http://indicar.org.br) e que essa intitulada de Plataforma Indicar: Estados foi elaborada com o intuito de apoiar a gestão das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento, através de indicadores de impacto aplicados aos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará (quatro estados da Amazônia Legal).

Ana explicou que a plataforma surgiu de uma avaliação do PPCDMT em 2010 e que no momento inicial, haviam poucos elementos para serem avaliados e que a ideia é mais do que mensurar o impacto, mas também monitorá-lo.

Houve então uma construção coletiva dos indicadores por meio de oficinas e uma preocupação em se a ter a conexão dos planos com o que se desejava criar. Daí a observação foi feita a partir dos vetores prioritários.

Ana explicou sobre a mudança na lógica de construir indicadores: modelo de impacto linear (insumo, atividades, produtos, uso dos produtos, impactos diretos). Diferenciação entre monitoramento do desempenho e monitoramento de impacto. Identificação das prioridades tanto no PPCDAm como nos PPCD estaduais foi insumo para a definição dos macrotemas. Houve também levantamento de lacunas de atuação dentro de cada eixo e de cada esfera de governo.

O website mostra o indicador, mas também a efetividade dos indicadores para cada eixo de atuação, descrição das métricas, valores desagregados por município onde isso é possível e opções de se olhar comparativamente estados e municípios. Ana explicou que, no entanto, a falta de acesso aos dados de regularização fundiária ainda impedem o refinamento de algumas informações.

A plataforma também fornece ferramenta de mapas, várias opções de visualização e organização das informações. A Plataforma que está no ar hoje é uma versão beta, aberta a comentários. O objetivo é que ela garanta o refinamento dos próprios planos, provendo pontos de contato e discussão entre os governos estaduais e federal. O próximo passo é obter mais informações de qualidade para a ferramenta.

### **Rodada de perguntas e respostas**

Érico Pires (AC) disse ser importante fazer um ligação entre orçamento e o dado do desmatamento, como um instrumento de gestão da aplicação do recurso.

Ana (IPAM) perguntou sobre quando irá rodar a nova estrutura dos Planos, a respeito da lista de municípios prioritários, e do monitoramento do Cerrado, se esse será com dados do DETER-B. Ainda, se há expectativas de integrar o legislativo, assim como o setor privado que foi importante no movimento da moratória da soja.

Magaly (AC) perguntou se o DFCD já fez a rodada com os estados para alinhar pontos críticos com os PPCD estaduais.

Luiz Andrade (AM) disse que o Programa Municípios Sustentáveis da Amazônia mostrou o desafio da destinação de terras e perguntou se há notícias sobre quais são as áreas de vazios fundiários, dando como exemplo Boca do Acre e Lábrea, onde já tem ocorrido desmatamento.

Raul Oliveira (MMA) respondeu as perguntas informando que no dia anterior o MMA realizou a primeira reunião da Comissão integrada, onde foram definidas as três primeiras

câmaras temáticas - Manejo, UC e Fiscalização/monitoramento. A nova fase considera ações prioritárias, a avaliação e sugestão disso pelos estados do Fórum de Secretários da Amazônia. Quanto aos Municípios prioritários, o MMA precisa reeditar a lista (não sai atualização desde 2013), mas os critérios são os mesmos.

Quanto ao Cerrado respondeu que esse já tem dados de 2000-2010, e em andamento hoje 2011-2012 e 2015-2016 e que no segundo semestre teremos dados mais atuais. Ainda no ano que vem teremos dados na mesma frequência que a Amazônia, DETER-C inclusive.

Quanto a integração com o Legislativo respondeu que cada Ministério tem uma ASPAR que cuida do contato com o poder legislativo e que o intuito é qualificar as discussões para permitir a conversa. Por exemplo em questões tais como a da Câmara cuidar das glebas que estão na base do Terra Legal, mas que fica para o estado indicar as estaduais a serem destinadas. O diálogo permitirá construir uma estratégia conjunta.

Também informou que a Comissão dos Planos não faz uma acompanhamento financeiro-orçamentário do plano, pois isso se mostra muito complexo. Disse que olhar a execução é um pouco mais direto, sem falar que existem ações que impactam no combate ao desmatamento apenas anos depois de executado – como a compra de imagens. Disse ser preciso chegar no nível de plano orçamentário para sondar o potencial de impacto e então saber se temos colocado o dinheiro nas ações certas.

#### **"Iniciativas relacionadas à REDD+ no estado do Mato Grosso" (Alcilene Freitas Bertholdo de Souza - SEMA/MT)**

Alcilene (MT) falou sobre o histórico do tema REDD+ no Estado do Mato Grosso e da estrutura de governa já criada pelo estado como o GT sobre REDD+ no âmbito do fórum estadual sobre mudança do clima e a respeito de ações no âmbito da Força Tarefa dos Governadores (GCF). O SEMA/MT é o órgão executivo da política de REDD+ no estado.

Disse que existe um painel científico, tal como no AC, um Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e um Conselho Gestor de REDD+.

Disse que o processo de consolidação do conselho tem sido lento, devido a dificuldades de engajamento, falta de recursos, etc, mas que de toda forma ele está andando. O Conselho Gestor está implementado e ativo há 2 anos.

Também discorreu sobre o Comitê de Padrões de Salvaguardas também implementado e ativo, e que esse aguarda os trabalhos da CCT-Salv e a implementação do SISREDD+.

Também falou a respeito do CAR no estado, onde foram inscritos 112 mil imóveis, mas de 1700 analisados, só 69 foram aprovados. O MT então pediu para processar os dados, por meio de empresa contratada, e está fazendo uma média de 2000 análises por mês.

Falou também que o Sistema Estadual busca validar os créditos de carbono das iniciativas estaduais de carbono florestal e lembrou da resolução nº 5 da CONAREDD que deu anuênci a ao REM no MT.

### **"Iniciativas relacionadas à REDD+ no estado do Amapá" (Jaqueline Homobono - SEMA/AP)**

Jaqueline (AP) falou sobre o contexto e especificidades do estado do Amapá onde tem-se uma população pequena, uma área pequena e um altíssimo índice de conservação da vegetação nativa. O Amapá possuem Florestas de Terra Firme e Várzea e uma boa representatividade de Cerrados.

A economia do estado é baseada no setor de serviços e há um entendimento de que o estado não pode apenas conservar, mas também se desenvolver.

Disse que as iniciativas de carbono florestal são esparsas, e não constituem um programa de REDD+ e discorreu sobre as principais atividades relacionadas a REDD+ no estado. Finalizou dizendo que existem conflitos não apenas entre processos, mas também entre questões mais conjunturais.

### **Rodada de perguntas e respostas**

Magaly (Acre) perguntou ao Amapá sobre a lei do estado já elaborada sobre o assunto, mas que ainda não aprovada e perguntou se nessa foi utilizada uma metodologia de estoque e fluxo.

Jaqueline (Amapá) respondeu que o fluxo seria o entorno da floresta e que a lei continua em discussão no âmbito do FAMCSA.

Iannuzy (PA) disse que o tema tem de ser levado diretamente à ponta e que já tiveram situações complicadas por conta de um projeto de carbono pouco que foi pouco discutido com as comunidades, dando como exemplo um projeto de carbono encaminhado pelo ICMBio.

Ester (RO) disse que o estado de Rondônia está no momento trabalhando o "como" para então iniciar as consultas públicas - consultar sem dar base conceitual não garante transparência. Também disse que além disso, se inicia agora no estado a fase de análise dos dados do CAR, que vai mostrar as diferentes pendências.

## **Discussão sobre o formulário para o "mapeamento dos diferentes estágios de implementação de iniciativas relacionadas à REDD+ nos estados"**

Rafael (MMA) disse que ao prover um mapeamento de ações, a CCT deve analisar e realizar também um nivelamento dos interlocutores dos diferentes estados – quem irá responder o formulário – visto que a partir das apresentações, podemos perceber que os estados possuem contextos e históricos sobre o tema de REDD+ bastante diversos.

Paula Bernasconi (MT) perguntou se as iniciativas serão analisadas no âmbito da CCT.

Magaly (Acre) respondeu que análises das iniciativas poderão ser incluídas no formulário do mapeamento e que a partir disso a CCT-Pact poderá aproveitar tal levantamento para compreender melhor o status dessas ações no território dos estados.

Rafael Pereira (MMA) lembrou que a ideia é que a CCT elabore um formulário mínimo, unificado, para os diferentes públicos nos estados.

Érico (AC) disse que o levantamento deve ser direcionado às Secretarias de Meio Ambiente nos estados, pois são essas que dão os rumos do tema no estado.

Iannuzy (PA) respondeu que existem pontos que a Secretaria não saberia dizer, como o exemplo dado sobre o projeto na RESEX, e que por isso é importante atingir outros públicos.

Luiz Andrade (AM) disse que seria bom existir um campo para indicarmos parceiros que tem atuado nos estudos sobre terras indígenas e áreas protegidas, e que isso seria um meio de expandir a consulta.

Paula (MT) questionou se os perfis estaduais significam uma atualização do documento produzido em 2012 pelo IDESAM e MMA ou se isso seria um novo perfil a ser elaborado.

Rafael Pereira (MMA) lembrou que o estudo foi compartilhado com os representantes pela Secretaria Executiva como subsídio às discussões mas que o trabalho de elaboração do mapeamento será algo novo.

As instituições coordenadoras passaram sobre os pontos propostos no documento orientador para elaboração de um formulário para o "mapeamento dos diferentes estágios de implementação de iniciativas relacionadas à REDD+ nos estados", enviado aos representantes quando da convocação da 3ª Reunião, e foram acatadas as diversas sugestões dos representantes.

Também foi acordado separar no formulário as iniciativas estaduais de governo dos projetos de carbono em âmbito estadual e incluir estudos antropológicos. Em suma, pensar melhor na lógica do formulário para se ter formulário sintético, considerando

também temas importantes como salvaguardas, monitoramento, verificação, nível de referência e outras experiências já concretas que não pagamento de resultados.

## **Encaminhamentos**

- Representantes poderão enviar sugestões para a ata da 3<sup>a</sup> Reunião por meio de planilha Excel a ser disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Representantes devem formalizar o interesse em fazer apresentação na 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> Reunião da CCT, indicando o responsável pela apresentação, tema e motivação por meio de planilha Excel a ser disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Secretaria Executiva repassará a todos os representantes a versão trabalhada em reunião do documento orientador para elaboração do formulário para o "mapeamento dos diferentes estágios de implementação de iniciativas relacionadas à REDD+ nos estados", e a partir do envio, os representantes terão 10 dias para mandarem mais sugestões/contribuições.